



**ECA**  
E E C O S    D O O    E C O S  
D O O    D O O  
M M U N D O    M U N D O  
**DÊ**  
**QUEIROZ**

CARAMBAIA

ORGANIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO RODRIGO LACERDA

# ÍNDICE SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO

6 Eça e o mundo, *Rodrigo Lacerda*

## BRASIL

17 O brasileiro

23 D. Pedro II em Portugal

39 Um artigo do *Times* para o Brasil

50 A revolução do Brasil

58 Espiritismo

68 *Les rois*, de Jules Lemaitre

76 Notícias do Brasil

79 Aos estudantes do Brasil: sobre o caso que deles conta Mme. Sarah Bernhardt

## INGLATERRA

97 Acerca de livros

108 Férias na Inglaterra

111 A Inglaterra e o Parlamento

113 A eleição de Lord Burghley

117 Lord Beaconsfield

137 O marquesinho de Blandford

147 As criadas inglesas

149 O *ultimatum*

## FRANÇA

169 Primeiro de maio

178 Os duelos em França

183 Positivismo e idealismo

195 O sr. Barthou

199 Os anarquistas

215 O *Salon*

226 Carnot

242 A propósito de *Termidor*

## MUNDO

255 ÍNDIA Revolta colonial

263 ALEMANHA A diplomacia do aniversário

265 A perseguição dos judeus

274 RÚSSIA E TURQUIA A guerra turco-russa

306 RÚSSIA O czar e a Rússia

320 GRÉCIA Lord Derby descobre a Grécia

328 GRÉCIA E ITÁLIA Cozinha arqueológica

338 ITÁLIA A morte de Vitério Emanuel II

342 A entrevista do rei Humberto

352 ESPANHA O teatro dos acontecimentos

361 No mesmo hotel

368 IRLANDA A Irlanda e a Liga Agrária

379 EGITO Os ingleses no Egito

385 CHINA E JAPÃO Chineses e japoneses

407 TAILÂNDIA França e Sião

416 EUA A propósito da doutrina Monroe e do nativismo

443 Nota sobre a edição

444 Sobre o autor

## EÇA E O MUNDO ID MUNDO

Rodrigo Lacerda

Todos conhecem o Eça ficcionista. Menos conhecido é o Eça jornalista. E no entanto o humor, a ironia, a inteligência aguda e a maestria no uso da língua são constitutivos de ambos.

Todos conhecem o Eça pensador da sociedade, da política e da mentalidade portuguesas. Menos conhecido é o Eça pensador do mundo. E no entanto seus artigos para jornais e revistas, quando tratam de outros países que não Portugal, e quando analisam a política internacional nas décadas finais do século XIX, deixam evidente essa outra dimensão do grande escritor.

Se a imagem de um Eça cosmopolita, globalizado, ainda pode surpreender a muitos leitores, tanto maior a importância de recolocar sua obra jornalística ao alcance do público não especializado.

A verdade é que nos últimos 28 anos de sua vida, excluídas algumas temporadas mais ou menos breves, Eça morou fora de Portugal e, por dever do ofício diplomático, viveu atento também ao que se passava longe de seu país. Aos 25 anos de idade, em 1870, ele foi aprovado no concurso para cônsul de primeira classe, realizado pelo Ministério de Negócios Estrangeiros. Ocupou seu primeiro posto em 1872, nas Antilhas Espanholas, fixando residência em Havana. Foi transferido

em 1874 para o consulado de Newcastle, e em 1878 para o de Bristol, ambos na Inglaterra. Em 1888 tornou-se cônsul em Paris, lá permanecendo por doze anos, até morrer em 1900. Para além de suas atividades diplomáticas, Eça viajou outro tanto, conhecendo os Estados Unidos, o Canadá, o Egito, a Palestina etc.

Sua atuação na imprensa teve início nos jornais *Gazeta de Portugal* (1866-1867) e *O Districto de Évora* (1867). Contava então pouco mais de 20 anos e não chegara a completar a faculdade de Direito. Neles escreveu um pouco sobre política externa, um pouco de crítica de arte, algumas divagações e muito a respeito da política e da sociedade portuguesas. A seguir, em parceria com o amigo Ramalho Ortigão, concebeu o periódico mensal *As Farpas* (1871-1872), onde publicou dezenas de textos de jornalismo satírico. O jornalista maduro se consolidaria nas crônicas publicadas na revista *Actualidade* (1877-1878), já escritas da Inglaterra, atingindo seu apogeu nos artigos da *Gazeta de Notícias* (1880-1897), da *Revista de Portugal* (1889-1892) e da *Revista Moderna* (1897-1899). Essa lista exclui as colaborações avulsas, feitas em órgãos como *A República*, *O Atlântico*, *A Província*, *O Repórter*, entre outros.

Deixando de lado tanto os textos de suas primeiras experiências na imprensa quanto as publicações eventuais, é das colaborações regulares e do material veiculado a partir de *As Farpas* que se compõe esta antologia. Ela abarca, portanto, o longo período de 1871 a 1899. Enquanto os livros póstumos, ao selecionarem o que publicar, e as edições de viés acadêmico, ao delimitarem um objeto de pesquisa, costumam se ater ao repertório de um veículo jornalístico por vez — como é natural, sobretudo no caso das edições críticas —, a presente reunião utilizou-se do material publicado em vários, para resultar tão compreensiva quanto possível dentro do recorte estipulado.

O único livro de textos jornalísticos publicado em vida pelo escritor, *Uma campanha alegre* (1890-1891, 2 vols.), reproduzia, quase na

íntegra e com retoques, sua colaboração em *As Farpas*. Algumas antologias póstumas, feitas por diferentes organizadores, usaram em maior ou menor dose sua prosa jornalística, às vezes acompanhando-a de textos diversos, como as histórias dos santos ou as cartas ficcionais do heterônimo Fradique Mendes. Destacam-se entre essas publicações: *Cartas de Inglaterra* (1905), *Ecos de Paris* (1905), *Cartas familiares e bilhetes de Paris* (1907), *Notas contemporâneas* (1909), *Últimas páginas* (1912), *Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas* (1929).

Bem mais tarde, em 1992, iniciou-se em Portugal a publicação da edição crítica da obra completa do escritor, sob a direção de Carlos Reis. Desde então, seus textos jornalísticos vêm sendo publicados por lá, em sete volumes. Aqui no Brasil, as antologias póstumas já não circulam, e a única edição que trazia o conjunto completo dos seus textos de imprensa, lançada em 2000, com organização de Beatriz Berrini, também se encontra esgotada.

A presente seleção está organizada de acordo com o país a que os textos se referem. Não foi incluído nenhum texto que fale especificamente de Portugal. Tal exclusão, radical e consciente, buscou deixar mais evidente o caráter cosmopolita do escritor, além de evitar repetições involuntárias de temas que muitas vezes, “sob o manto diáfano da fantasia”, já aparecem em seus romances, contos e novelas.

Nem todas as colaborações jornalísticas de Eça de Queiroz consistiam em peças únicas de texto, tratando de apenas um assunto. Muitas vezes compunham-se de partes independentes, ou fragmentos, que em sequência comentavam e analisavam fatos ocorridos em diferentes lugares do mundo. Era o caso das crônicas da revista *Actualidade*, que combinavam, por exemplo, fragmentos sobre a guerra turco-russa de 1877-1878, o Salão (de arte) em Paris e descobertas arqueológicas na Guiana Inglesa. O mesmo ocorre em parte do material publicado na *Gazeta de Notícias*.

Tais sequências, ditadas em boa medida pelas circunstâncias, aqui foram desfeitas, em obediência à lógica da organização por país. Essa liberdade, se implica o desmonte da estrutura original, oferece duas compensações: dá maior nitidez à visão do escritor sobre cada povo, sua cultura, forma de organização sociopolítica e papel no tabuleiro mundial da época; e permite que certas coberturas jornalísticas possam ser lidas num conjunto fluente, sem estarem misturadas a outros assuntos, ao longo de vários desses verdadeiros “despachos” de imprensa. Se perdoada a falta de cerimônia com as sequências originais, essa nova lógica de arrumação dos assuntos talvez seja a maior novidade de todas nesta antologia, pois centra o foco no pensamento político de Eça de Queiroz, extremamente sofisticado e cheio de nuances, e nas identificações e nos estranhamentos que sentia em relação a povos e culturas estrangeiros.

O mundo em que Eça de Queiroz escrevia era ao mesmo tempo muito diferente e muito parecido com o nosso. Inglaterra, França, Alemanha e Rússia eram as grandes potências europeias, e a Europa, o centro do mundo. Se os Estados Unidos já apareciam como força emergente no *status quo* internacional, a superação da decadência chinesa era uma promessa longínqua. Índia e muitas porções da África estavam sob o domínio colonial europeu, inclusive de Portugal. No Oriente Médio e norte da África, o Império Otomano ia perdendo a força de outrora e iniciava seu gradual dismantelamento; mas sempre, como até hoje, aquelas eram regiões sujeitas às interferências (em geral desastrosas) de outros imperialismos.

Estava em pleno curso a Segunda Revolução Industrial, com seus espantosos avanços na ciência e na dinâmica das economias hegemônicas, mas ela já convivía com a ressaca social de um capitalismo em alguns aspectos efetivamente selvagem. Socialistas e anarquistas

questionavam a ordem vigente, defendida, com variações, por monarquistas e diversas correntes liberais. No sentido inverso, nas monarquias absolutistas, o poder religioso e o poder laico continuavam misturados, e mesmo em algumas repúblicas a Igreja ainda se mantinha politicamente atuante.

Esses são alguns dos temas políticos e geopolíticos recorrentes no jornalismo de Eça de Queiroz, e estão representados aqui ora sob a forma de típica cobertura jornalística, feita ao correr dos acontecimentos, ora com tratamento analítico mais dilatado, ora até com uma veia narrativa digna de um conto. Mas é claro que nem só de política se faz um grande jornalista. Eça, com charme todo seu e a simpática erudição de sempre, usava a imprensa para falar também de outros assuntos: arte, filosofia, história, perfis de personalidades e amigos, culturas nacionais, episódios domésticos, culinária e até de suas aventuras no espiritismo. Uma boa amostra desse outro lado, acréscimo indireto à sua visão do concerto das nações, complementa e ameniza a ênfase da organização.

Esta antologia encontra-se dividida em quatro seções, que destacam aqueles países, afora Portugal, com que o escritor tinha especial ligação: uma é dedicada ao Brasil, por ser a maior ex-colônia portuguesa e o outro país onde Eça era muito lido, inclusive como jornalista; uma trata da Inglaterra e outra da França, países onde ele morou por muitos anos e que eram as duas grandes democracias europeias da época; e finalmente uma seção mais geral intitulada mundo.

Na primeira delas, o critério de organização por país, afora os benefícios talvez mais abstratos, permitiu que tomasse corpo um conjunto de textos inteiramente dedicado ao Brasil. Entre suas peças mais conhecidas, está o polêmico texto “O brasileiro”, sobre as transformações que os portugueses sofriam ao residirem no Brasil, motivo

de furor em Pernambuco e outros estados à época de sua publicação. Estão também a engraçadíssima cobertura da viagem de D. Pedro II a Portugal, em 1872, e a debochada repreensão aos estudantes brasileiros por sua idolatria desmedida à atriz Sarah Bernhardt.

Em “Espiritismo”, a cética visita de Eça e seu amigo brasileiro, Eduardo Prado, a um centro espírita termina de modo surpreendente. Em “Um artigo do *Times* para o Brasil”, o escritor ironiza um artigo no qual o eminente jornal inglês dava a receita para que nos tornássemos uma nação desenvolvida.

Ainda integram a primeira parte verdadeiras pérolas desconhecidas do leitor brasileiro de Eça. Uma delas é o texto “A revolução no Brasil”, no qual ele comenta a proclamação da nossa república (em outra chave, em “*Les Rois*, de Jules Lemaître”, a república brasileira torna a aparecer, na apreciação de um espetáculo teatral sobre os benefícios, e possíveis riscos, trazidos pelas modernizações institucionais). Outra novidade é a reunião de dois fragmentos que tratam da Segunda Revolta da Armada, ocorrida no Rio de Janeiro entre 1892 e 1894.

A segunda parte, dedicada à Inglaterra, começa com textos sobre costumes culturais — a mania dos ingleses pelas “*seasons*” temáticas, seu amor pelas narrativas de viagem etc. — e políticos — a forte relação do povo inglês com seu Parlamento, algumas vezes deformada pelo igualmente forte apego aos valores aristocráticos e à simples tradição, como vemos em “A eleição de Lord Burghley”. Em “Lord Beaconsfield”, Eça flagra a complexidade do personagem retratado, tentando entender a ascensão social de um homem que se tornaria, além de mau romancista, um dos mais célebres estadistas da época. Em “O marquesinho de Blandford”, a potência do dinheiro novo norte-americano alcança a aristocracia inglesa de maneira inesperada. Já “As criadas inglesas” trata de episódios domésticos análogos aos do romance *O primo Basílio*, que chegaria da gráfica dias depois da

publicação desse texto numa revista. Fechando a série inglesa, “*O ultimatum*” parte de uma disputa colonial entre Inglaterra e Portugal para analisar e questionar a validade do projeto colonial português e os rumos da nação. De quebra, esse texto relativiza aqui a ausência de outros dedicados à pátria do escritor.

Na terceira parte, de que a França é objeto, as questões sociais são naturalmente o assunto principal. É perceptível a admiração do escritor pelo ideal igualitário do povo francês, por seu apego ao regime republicano laico e mesmo por seu espírito revolucionário, ainda vivo um século depois de 1789, muito embora a essa altura da vida Eça já temperasse o desejo de acelerar as transformações sociopolíticas com o respeito às leis e com o princípio da não violência. Vários textos, de um jeito ou de outro, tratam desses aspectos de sua relação com o país que mais o influenciou intelectual e artisticamente.

O ridículo de costumes ultrapassados e as transformações no espírito da época são os temas de “Os duelos em França” e “Positivismo e idealismo”; e uma visita ao Salão de 1894 faz uma radiografia ácida e divertida de tudo o que cerca o mundo das artes. Por fim, “Carnot” é um daqueles momentos em que a prosa jornalística se aproxima da narrativa, com a morte do presidente francês Marie François Sadi Carnot, assassinado por um anarquista em 1894.

A última seção desta antologia, “Mundo”, reúne textos dedicados a treze países. Alguns merecem destaque. “A perseguição dos judeus”, que denuncia o antissemitismo na Alemanha, jogando luz sobre os esboços da conhecida tragédia ocorrida no século seguinte. Outro seria “A guerra turco-russa”, composição de textos sobre um importante episódio naquela fase da chamada Questão do Oriente. “O czar e a Rússia” e “A morte de Vítor Emanuel II” são mais dois retratos, o primeiro de um monarca cujo regime Eça desaprovava, outro de um estadista a quem admirava e cujo papel histórico enaltecia.

Em “No mesmo hotel”, o Eça narrador reaparece, criando um suspense digno de narrativa policial, ao descrever as circunstâncias do assassinato do presidente espanhol Antônio Cánovas numa estação de águas. “A Irlanda e a Liga Agrária” é nova denúncia da injustiça social e da tirania inglesa, e aqui Eça se esforça para entender como algo assim podia acontecer em pleno Reino Unido, entre povos irmãos.

Em “Chineses e japoneses”, a disputa pela Coreia é o mote para Eça discorrer sobre a opulência orgulhosa das grandes nações orientais, que oscilavam entre o isolacionismo e aproximações com a civilização ocidental. Ele chega mesmo a antever um possível avanço chinês sobre a economia mundial, quando à sua cultura milenar se juntasse a “superioridade industrial” aprendida no Ocidente.

Por fim, “A propósito da doutrina Monroe e do nativismo”, texto ideologicamente complexo — em algumas passagens até mesmo indigesto ao leitor de hoje —, discute a tentativa norte-americana de bloquear a entrada das potências europeias nas Américas. O Brasil, por tabela, faz aqui sua última aparição.

Foi na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro que se deu a mais longa colaboração jornalística de Eça de Queiroz, e foi também em suas páginas que o escritor publicou alguns de seus melhores textos de imprensa. Sua colaboração estendeu-se por dezessete anos, com maior ou menor regularidade e algumas poucas interrupções. Antimonarquista e abolicionista, o jornal havia sido fundado em 1875 e tornara-se um dos mais importantes do país. Machado de Assis, Euclides da Cunha, José do Patrocínio, João do Rio e Olavo Bilac também passaram por ele.

Em outro veículo brasileiro, a *Revista Moderna*, chegou ao fim a carreira do Eça de Queiroz jornalista. Fundada em Paris pelo aristocrata paulista Martinho Carlos de Arruda Botelho, em 1897, a revista teve ao todo trinta números. Nela, durante dois anos, o escritor parecia

ter realizado o antigo sonho da revista ideal, ilustrada e combinando textos mais sérios meclados a outros de leitura mais leve. Antes, o mesmo sonho se frustrara na *Revista de Portugal*, fundada e dirigida pelo próprio Eça, mas que existiu durante apenas três anos, entre 1889 e 1892. Nessa nova empreitada, se não diretor oficial e administrador, Eça era mentor, editor e, muitas vezes, redator. Novamente, contudo, as coisas não correram como ele gostaria. Prejudicada, em suas palavras, pela “direção deliciosamente inepta” do proprietário brasileiro, e apesar dos esforços do escritor para salvá-la, a revista circulou pela última vez em abril de 1899.

*Rodrigo Lacerda* é escritor, tradutor e editor.



## O BRASILEIRO

Há longos anos o *brasileiro* (não o brasileiro brasílico, nascido no Brasil, mas o português que emigrou para o Brasil e que voltou rico do Brasil) é entre nós o tipo de caricatura mais francamente popular. Cada nação possui, assim, um tipo criado para o riso público. As comédias, os romances, os desenhos, as canções espalham-no, popularizam-no, desenvolvem-no, aperfeiçoam-no, e ele torna-se o *grotesco* clássico — que chega a ser motivo de ornato industrial, cinzelado em castiçais, aquarelado em caixas de fósforos, torneado em castões de bengala. A França tem o inglês de coco diminuto na nuca, de larga e aguda suíça em forma de costeleta alourada, dentuça taluda, colarinho alto como um muro de quintal, rabona de xadrezinho, pé largo como uma esplanada, e ar lorpa; ultimamente tem a mais o prussiano, de imenso bigode na focinheira, cabelo em bandós, capacete em bico, um sabre prodigiosamente insolente e um relógio de sala roubado debaixo do braço!

Nós temos o brasileiro: grosso, trigueiro com tons de chocolate, pança ricaça, joanetes nos pés, colete e grilhão de ouro, chapéu sobre a nuca, guarda-sol verde, a vizinha adocicada, olho desconfiado e um vício secreto. É o *brasileiro*: ele é o pai achinelado e ciumento dos romances românticos; o gordalhufo amoroso das comédias salgadas;

o figurão barrigudo e bestial dos desenhos facetos; o maridão de tamancos, sempre traído, de toda boa anedota.

Nenhuma qualidade forte ou fina se supõe no *brasileiro*; não se lhe imagina inteligência, como não se imaginam negros com cabelos louros; não se lhe concede coragem, e ele é, na tradição popular, como aquelas abóboras de agosto que sofreram todas as soalheiras da eira; não se lhe admite distinção e ele permanece, na persuasão pública, o eterno toscos da rua do Ouvidor. O povo supõe-no o autor de todos os ditos celeberramente sandeus, o herói de todas as histórias universalmente risíveis, o senhor de todos os prédios grotescamente sarapintados, o frequentador de todos os hotéis sujavemente lúgubres, o namorado de todas as mulheres gordalhufamente ridículas.

Tudo o que se respeita no homem é escarnecido aqui no *brasileiro*. O trabalho, tão santamente justo, lembra nele, com riso, a venda da mandioca numa baiuca de Pernambuco; o dinheiro, tão humildemente servido, recorda nele, com gargalhadas, os botões de brilhantes nos coletes de pano amarelo; a pobreza, tão justamente respeitada, nele é quase cômica e faz lembrar os tamancos com que embarcou a bordo do patacho *Constância*, e os fardos de café que carregou para as bandas da Tijuca; o amor, tão teimosamente idealizado, nele faz rir, e recorda a sua espessa pessoa, de joelhos, dizendo com uma ternura babosa: “Oh, *mininal*”.

De fato, o pobre *brasileiro*, o rico *torna-viagem*, é hoje para nós o grande fornecedor do nosso riso.

Pois bem! É uma injustiça que assim seja. E nós, os portugueses que cá ficamos, não temos o direito de nos rirmos dos *brasileiros* que de lá voltaram. — Porque, enfim, o que é o *brasileiro*? É simplesmente a expansão do português.

Existe uma lei de retração e dilatação para os corpos, sob a influência da temperatura. (Aprende-se isto nos liceus, quando vem

o buço.) Os corpos ao calor dilatam, ao frio encolhem. A mesma lei para as plantas, que ao sol alargam e florescem, ao frio acanham e estiolam. A bananeira, nos nossos climas, é uma pequena árvore tímida, retraída, estéril; no calor do Brasil é a grande árvore triunfante, de folhas palmares e reluzentes, tronco possante, seiva insolente, toda sonora de sabiás e outros, escandalosa de bananas. Mesma lei para os homens. O espanhol das Astúrias, modesto, humano, discreto e grave, passando para o sol do Equador, nas Antilhas Espanholas, torna-se o sul-americano vaidoso, ruidoso, ardente, palreiro e feroz. Pois bem! O *brasileiro* é o português — dilatado pelo calor.

O que eles são, expansivamente — nós somo-lo, retraidamente. As qualidades internadas em nós estão neles florescentes. Onde nós somos à sorrelfa *ridiculitos*, eles são à larga *ridiculões*. Os nossos defeitos, aqui sob um clima frio, estão retraídos, não aparecem, ficam por dentro; lá, sob um sol fecundante, abrem-se em grandes evidências grotescas. Sob o céu do Brasil a bananeira abre-se em fruto e o português rebenta em *brasileiro*. Eis o formidável princípio! O *brasileiro* é o português desabrochado.

É o sol de lá que nos fecunda. O Chiado sob os trópicos dá inteiramente a rua do Ouvidor. Rirmo-nos do *brasileiro* é rirmo-nos de nós sem piedade. Nós somos o germe, eles são o fruto: é como se a espiga se risse da semente. Pelo contrário! O *brasileiro* é bem mais respeitável, porque é completo, atingiu o seu pleno desenvolvimento; nós permanecemos rudimentares. Eles estão já acabados como a abóbora, nós embrionários como a pevide. O português é pevide de *brasileiro*!

Que somos nós? Brasileiros que o clima não deixa desabrochar. Sementes a que falta o sol. Em cada um de nós, no nosso fundo, existe, em germe, um *brasileiro* entaipado, afogado, que para crescer, brotar em diamantes de peitilho, calos e prédios sarapintados de verde,

só necessita embarcar e ir receber o sol dos trópicos. Cada lisboeta, sabe-o, traz em si a larva de um brasileiro. Nós aqui vestimos cores escuras, lemos Renan, repetimos Paris, e no entanto, cá dentro, fatal e indestrutível, está aboborando — um brasileiro.

Quem o não tem sentido agitar-se, como o feto no seio da mãe? Fitais às vezes uma gravata verde com pintas escarlates? É o brasileiro a remexer por dentro. Desejais inesperadamente uma boa feijoada comida em mangas de camisa? É o brasileiro. Apetece-vos ir visitar a Memória do Terreiro do Paço? É o brasileiro, lá dentro. Lembra-vos reler uma ode de Vidal ou uma fala de Melício? É o brasileiro! Ele está dentro de vós, lisboetas! Ah, sabei-o! Vós estais sempre no vosso estado interessante — dum brasileiro!

E quereis uma prova? É o verão! É o cruel verão! Então, sob a temperatura germinadora, o brasileiro interior tende a florir, a desabrochar, a alastrar em cachos. Então começais a deitar o chapéu para a nuca, a usar quinzena de alpaca, a passear depois do jantar com o palito na boca, a exigir dos vendedores a água do Arsenal, a frequentar a Deusa dos Mares! Sabeis o que é? É o brasileiro, que lá tendes dentro na entranha, atraído pelo sol, a querer romper!

Portanto, quando nos rimos dele, intentamos a nós mesmos um processo amargo. No inverno a pevide contém a abóbora, mas quando a abóbora cresce no verão é ela que contém a pevide. Nós cá contemos o brasileiro; ele lá, chegado ao Brasil, germina, brota em fruto, e nós ficamos-lhe dentro. Ora, se esmagarmos a abóbora a grandes golpes de chacota, é sobre a nossa própria e rica pessoa que descarregamos o riso fero. Tenhamos juízo! Reconheçamo-nos neles como nós mesmos — ao sol!

Tais são as sábias verdades que soltamos de nossas mãos. Aproveitai-vos, compatriotas!

E sobretudo certificai-vos que vós outros, que não deixais a capital, não valeis mais que o minhoto que volta de Pernambuco.

O brasileiro não é belo como Apolo, nem como o mais recente Dom Juan — mas tu, ó português, tu também não és belo, e se a tua bem-amada to diz é que não tem mais nada que te dizer e mente por mero deleite.

O brasileiro não é espirituoso como Mery ou Rochefort — mas tu, português, não és certamente espirituoso! De cima dos embrulhos daquela tenda, quarenta folhetins to provam!

O brasileiro não é elegante como o conde de Orsay ou Brummel — mas tu português, *dandy* desventuroso do Chiado, ou contribuinte da rua dos Bacalhoeiros, tens a tua elegância dependurada no bom Nunes Algibebe!

O brasileiro não é extraordinário como Peabody, que deu de esmolas 100 milhões, nem como Delescluze, que queimou Paris — mas tu, português, és tão extraordinário como uma couve, e ainda tão extraordinário como um chinelo.

Ora, o brasileiro que não é formoso, nem espirituoso, nem elegante, nem extraordinário — é um trabalhador. E tu, português, que não és formoso etc. — és um mandrião! De tal sorte que te ris do brasileiro, mas procuras viver à custa do brasileiro. Quando vês o brasileiro chegar dos Brasis, estalas em pilhérias; e se ele nunca de lá voltasse, com o seu bom dinheiro, morrias de fome! Por isso tu — que em conversas, entre amigos, no café, és inesgotável a troçar o brasileiro —, no jornal, no discurso ou no sermão, és inexaurível a glorificar o brasileiro. Em cavaqueira é o *macaco*; na imprensa é o *nosso irmão de além-mar*.

Brasileiro amigo, queres tu por teu turno rir do lisboeta? A esse colete verde, que tanto te escarnecem, fecha bem as algibeiras; esse prédio sarapintado de amarelo, que tanto te caricaturam, tranca-lhe bem

a porta; esses pés, aos quais tanto se acusam os joanetes e os tamancos primitivos, não os ponhas mais nos hotéis da capital — e poderás rir, rir do carão amarrotado com que então ficará o lisboeta, que tanto ria de ti!

‡

Publicado no periódico *As Farpas* em fevereiro de 1872 e incluído, com alterações feitas pelo autor, no livro *Uma campanha alegre* (1890-1891), texto LXXIII. Aqui foi reproduzida a versão definitiva.

## D. PEDRO II EM PORTUGAL

### I

Um instante de atenção! O imperador do Brasil, quando esteve entre nós (e mesmo fora de nós), era alternadamente e contraditoriamente — *Pedro de Alcântara* e *D. Pedro II*.

Logo que as recepções, os hinos, os banquetes se produziam para glorificar *D. Pedro II*, ele apressava-se a declarar que era apenas *Pedro de Alcântara*. Quando os horários dos caminhos de ferro, os regulamentos de bibliotecas, ou a familiaridade dos cidadãos o pretendiam tratar como *Pedro de Alcântara* — ele passava a mostrar que era *D. Pedro II*.

De tal sorte que, se dizemos que se hospedou entre nós *Pedro de Alcântara*, erramos — porque ele asseverou que era *D. Pedro II*. Se nos lisonjeamos por ter hospedado *D. Pedro II*, desacertamos — porque ele afirmou ser *Pedro de Alcântara*.

Que farão os historiadores futuros? Dirão que viajou em Portugal *D. Pedro II*? Mas se ele o negou! Contarão que Portugal foi viajado por *Pedro de Alcântara*? Mas se ele o contradisse!

Qual é o nome desse homem venerável que passou? A história não tem nome a dar-lhe!

É por isso indispensável, para segurança das crônicas, que se lhe imponha um nome que não recordando especialmente *Pedro de Alcântara* nem *D. Pedro II* — seja bastante genérico para os abranger ambos; e que ao mesmo tempo seja suficientemente sério para se poder dar a um príncipe, se ele o fosse! e suficientemente simples para se poder dar a um plebeu, se ele o era!

Proporemos portanto aos presentes e aos futuros que Ele — que não pode ser chamado *Pedro de Alcântara* porque o recusou, nem *D. Pedro II* porque o vedou — seja simplesmente chamado *Psit!*

## II

Falemos da mala deste príncipe ilustre! Todos a conhecem. Ela deixa na Europa uma lenda soberba. Durante meses, viu-o o Velho Mundo absorto sulcar os mares, atravessar as capitais, medir os monumentos, costear os montes, visitar os reis, ensinar os sábios — com a sua mala na mão! É uma mala pequena, de couro escuro, com duas asas que se unem. É por ali que ele a segura. Na outra mão trazia às vezes o guarda-sol, debaixo do braço entalava a espaços um embrulho de papel. Muitas vezes depôs o guarda-sol, outras alheou de si o embrulho — a mala nunca! Paris, Londres, Berlim, Viena, Florença, Roma, Madri, o Cairo — conhecem-na. Ela ficou popular na Europa, como o pequeno chapéu de Napoleão, o Grande, ou a grande covardia de Napoleão, o Pequeno! Mesmo a celebridade da mala encobre um pouco a glória do príncipe. Como disse o bom Béranger da batalha de Austerlitz — “Muito tempo se falará dela sob os lustres dos palácios e sob o teto das cabanas.” Dele, menos!

Confusas opiniões se erguem em torno dessa mala fechada. Que continha ela? Uns querem que ela tivesse no seu seio os tesouros

imperiais; outros afirmam que ela encerrava os imperiais manuscritos. Alguns, mais profundos, sustentam que dentro dela havia peúgas: outros, mais discretos, afiançam que dentro não havia nada!

Tal se nos afigura a verdade: a mala não guardava nada!

A mala era uma insígnia — a insígnia do seu incógnito. s. m. trazia em *wagon* a mala, pela mesma razão que usa no trono o cetro. Como a coroa é o sinal da sua realeza no Brasil, a mala era o sinal da sua democracia na Europa. A mala formava o seu cetro de viagem, como o perpétuo chapéu baixo constitui a sua coroa de caminho de ferro. Se s. m. trouxesse as mãos vazias, isso indicaria apenas que Sua Majestade não trouxera o cetro porque o incomodava para dormir no beliche do paquete; mas não daria a ninguém o direito de afirmar que ele não era o príncipe, o imperante! Com a mala, não! A mala significa que não só não tem na mão o cetro, mas traz na mão a bagagem; que não só deixou a realeza no Brasil, mas tomou a sem-cerimônia na Europa! A mala é a tabuleta do seu incógnito! A mala diz: “Apertem-me a mão, tratem-me por Pedro, e não me toquem o hino!”. A Europa olhava-lhe para as mãos, via-lhe a mala, e dizia logo: “Ó aquele, que tal te dás por cá?”. O sr. Pedro trazia a mala para que o não confundissem com Sua Majestade. Aquilo significava: “Reparem que não sou Ele”. À entrada das cidades, aproximavam-se desse príncipe ilustre os cortejos oficiais; mas Sua Majestade mostrava a mala — e imediatamente as autoridades desabotoavam os coletes! Os camaristas dos outros reis iam beijar-lhe a mão; mas Sua Majestade descobria a mala — e os cortesãos davam-lhe logo, alegremente, palmadas doces no ventre.

Se Sua Majestade percebesse que uma só mala não bastava para mostrar o seu desejo de sem-cerimônia, Sua Majestade era homem para tomar... duas malas! Se a etiqueta insistisse, Sua Majestade deitaria ao ombro... um baú! Em Portugal, como receasse recepções apara-

tosas à entrada, Sua Majestade acrescentou à sua mala um guarda-sol e ao seu guarda-sol um embrulho! Foi assim que o viram descer do *wagon* os povos perplexos! E se não tivesse havido a precaução de retirar apressadamente todo o cerimonial, sabe-se que Sua Majestade estava disposto a mostrar... as suas chinelas de mouro! Mas as autoridades, em toda a parte, mal viam Sua Majestade começar a demonstrar, por meio de objetos familiares, que não era o príncipe, apressavam-se a recolher toda a gala, receosas que Sua Majestade levasse a sua demonstração até o excesso de despir as calças.

Foi graças a essas precauções que Sua Majestade conseguiu atravessar a Europa — disfarçado na sua mala. Por isso ela vinha vazia. Sua Majestade não a usava como bagagem, punha-a como disfarce. Sua Majestade trazia a mala como outros trazem um nariz postiço.

No entanto — disfarce ou bagagem — a mala é profundamente simpática. Dá a essa corte em viagem uma nota nobre de simplicidade e de sinceridade. Uma mala pequena não pode chegar para tudo: tapa por um lado o imperador do Brasil, descobre por outro o homem de bem.

### III

Sua Majestade Imperial passa, com justiça, por um dos homens mais sóbrios do seu vasto império. Sopa, carne cozida, legumes, água e um palito, tal é o chorume dos jantares da corte nos paços da Tijuca.

É verdade que os jornais parisienses contaram que no banquete que o sr. Adolfo Thiers (presidente certo de uma república incerta) deu ao imperador do Brasil Sua Majestade a cada momento cortava a conversação literária e cética que faiscava em redor da mesa, para gritar com a sua imperial boca cheia: “Que precioso peixe! Que sublime galinhola!”.

No entanto, essa circunstância de estupefata gula, narrada com ironia pelos jornais de Paris, não oferece autenticidade: é um *réclame*, uma adulação política à cozinha do dito Adolfo! As gazetas republicanas como não encontram nada a exaltar nas ideias políticas de Adolfo — querem ao menos glorificar-lhe as iniciativas culinárias. E já que não podem dizer: “Que organização ele dá à França!”, gritam: “Que jantares ele dá aos reis!”. A verdade incontestável é que Sua Majestade o imperador é um sóbrio.

Há porém um só petisco acerca do qual Sua Majestade revela uma gula excepcional. Sua Majestade desdenha demagogicamente, desde a trufa até ao Johannesburg, todos os delicados mimos da fornalha ou da adega. Uma só coisa neste planeta lhe aguça a língua. Para uma só coisa tem uma sofreguidão incansável e sorvedoura: para o idioma hebraico!

Sua Majestade é um guloso de hebraico. No hebraico, rapa os pratos e lambe os dedos. E, por uma inexplicável imprevidência, Sua Majestade não traz consigo nem um homem de raça hebraica, nem sequer um cristão hebraizante, nem mesmo um professor de hebraico! De tal sorte que nos longos dias preguiçosos de paquete, nas horas fastidiosas de *wagon*, Sua Majestade passa cruéis privações de hebraico. Por isso chega sempre esfaimado de hebraico, e mal entra as portas festivas dos hotéis, ainda com a mala na mão, rompe logo a pedir nos corredores, com ganidos de gula, quase com assomos de cólera — o seu hebraico!

Quando Sua Majestade imperial chegou a Londres, o príncipe de Gales enviou-lhe um dos seus ajudantes de campo — um daqueles belos capitães de Horse Guards, que põem à noite um jasmim-docabo na jaqueta escarlate e ouro. Esse *dandy* marcial perguntou a Sua Majestade o que desejava, naquele momento em que punha o seu pé de além-mar nas plagas verdes de Albion. Esperavam todos que Sua Majestade pedisse chá — ou um banho.

Sua Majestade respondeu avidamente: “Hebraico!”

Os oficiais olharam-se consternados. E o imperador, com os lábios secos, as mãos nervosas, o apetite enristado, repetia famintamente: “Hebraico! Só hebraico!”. Então, por um rasgo genial, os ajudantes do príncipe de Gales levaram, a toda a brida fogosa de um landau, o imperador do Brasil... à sinagoga! Sua Majestade precipitou-se entre os hebreus. Os sábios rabis, que são doutores da lei, cercaram o homem augusto, e, vorazmente, a grandes bocados, com guinchos de gozo, o imperador do Brasil consumiu incalculáveis porções de hebraico. Depois de se fartar, olhou em redor... e pediu mais!

Certos donos de hotéis, em cidades da Europa, ficavam apavorados e confusos quando Sua Majestade assomava os limiares das portas, pedindo hebraico a fortes brados. Alguns arriscavam timidamente:

— Se Vossa Majestade quisesse antes um caldo...

— Hebraico!

— Se Vossa Majestade quisesse antes um monumento...

— Hebraico!

Foi assim em Lisboa, no Lazareto. Sua Majestade, já ao descer as escadas do paquete, vinha resmungando: “Salta o meu hebraicozinho!”. E daí a minutos expedia gritos famintos. Que consternação! Tudo estava preparado: a canja, a orelheira, a broa, o capilé, o caldo de unto, todos os artifícios do gênio português. Mas ninguém se lembrara do hebraico! E Sua Majestade estrebuchava!

Partiram então exploradores em todas as direções — e por fim voltaram trazendo, estonteado e surpreendido, o sr. Salomão Saragga, que lê e fala o hebraico.

Sua Majestade esperava ansiosamente, debruçado na janela. Não houve cumprimentos, nem se pôs toalha. Serviram-lhe o sr. Saragga, assim mesmo — cru! Sua Majestade deixou-lhe uns restos!

#### IV

A universidade e os seus doutores têm espalhado apreciações rancorosas sobre a maneira como Sua Majestade o imperador se apresentou na sala dos capelos, num dia de doutoramento e de cerimônia. Dizem que Sua Majestade, trajando jaquetão de viagem, com um chapéu desabado e um saco a tiracolo, se veio sentar nos bancos severos da antiga sala adamascada — com a mesma familiaridade com que se sentaria na almofada da diligência dos Arcos de Val de Vez. E a universidade quis ver no jaquetão de Sua Majestade e no seu chapéu braguês a mesma significação desatenciosa que o Parlamento de Paris viu, em outras eras, nas altas botas moles e no chicote de estalo do defunto Luís XIV.

Não nos parece justificável o despeito da universidade.

É verdade que um príncipe pode deixar de se comportar com a pompa de um rei, sem que por isso passe a comportar-se com a maltrapice de um varredor. Entre o manto de arminhos e a rabona, há gradações. Um rei, por não ir ao passeio com o seu cetro de ouro, não se segue que vá com as suas chinelas de ourelo, e, por não receber as autoridades revestido do seu uniforme, não é honesto que as receba vestido apenas com a sua pele. Mas também não nos parece que uma quinzena e um chapéu desabado seja *toilette* que escandalize a douta universidade!

É necessário que os srs. doutores saibam que a *toilette* só é realmente exigida quando a *toilette* é um fim. Num baile, numa *soirée*, numa gala, na ópera, a gravata branca, a luva cor de pérola, a gardênia ou a grã-cruz são essenciais, porque essas festas constituem unicamente uma reunião de elementos elegantes, entre decorações elegantes, para um fim elegante. Tudo aí deve convergir para a harmonia geral — desde as *toilettes* até as flores. Trata-se de um fino prazer dos sentidos, e a *toilette*, com o seu brilho exterior, é requerida para o tornar completo e perfeito.

Mas quando se trata apenas de doutorar o sr. Fulano, bacharel, não nos parece que tenham cabimento as exigências de elegância. Se a veneranda cerimônia do capelo é uma festa que reclama os requintes de *toilette*, onde estão as rosas, os gelados, as joias nos colos nus, o rumor dos *flirts*, as caudas de seda ondeando na valsa? Se o capelo é um sarau galante, por que é que o sr. dr. Brito, de Direito, nos priva do maravilhoso contorno do seu seio, trazendo batina — afogada? Por que não vemos os srs. lentes jubilados moverem os leques com a mão calçada em luva de dezesseis botões? E por que é que o sr. Forjaz não dirige os arrebatamentos do *cotillon*? Ah, quereis *toilette*? Valsai! — Quereis gravatas brancas? Ofereci gelados! — Quereis luvas cor de palha? Amai, venerandos doutores!

Mas para aturar uma enfiada de carões sorumbáticos e de batinas caturras, imóveis num estrado; para ouvir uma charanga torpe dilacerando a grandes golpes de figle um minuete da sra. D. Maria I; para admirar quatro arqueiros sebáceos perfilados entre ramos de louro murcho — quereis vós que a gente ponha gravata branca e um jasmim-do-cabo na lapela? Pois não vemos aí os senhores de Teologia, antigos egressos espapados de gordura, com as suas velhas lobas enodoadas? Não vemos os senhores de Direito, antigos comentadores do Pegas, com os seus sapatos achinelados? — Quando foi que a universidade teve jamais a curiosidade e o respeito da *toilette*? Ela que ainda há pouco levava ao cárcere os estudantes que usavam colarinho! Ela que reprovava os estudantes que entravam nas aulas com luvas! Ela que proibia em Coimbra os estabelecimentos de banhos! Ela que, destinada a bacharelar as novas gerações, conseguia sobretudo... sujá-las! E abespinha-se porque Ele foi ver um capelo — ele viajante, ele Pedro, ele espectador, ele turbamulta — de jaqueta e chapéu braguês! E onde então? Na sala dos capelos, que é a igreja onde se professa para doutor, onde se troca a graça mundana pela

sensaboria catedrática, onde o sujeito deixa de ser um homem para ser um lente, onde faz o voto de melancolia e de carranca perpétua, e onde se substitui a alma por um compêndio. E é neste lugar funerário que os srs. doutores emergem da sonolência sepulcral para murmurarem (talvez em latim!): “Olha aquele de jaquetão!”. A universidade dando-se ares de saber que existe o alfaiate Poole! Irrisória vaidade conimbricense?

É célebre! Vimos sempre a universidade, quando se tratava de pôr gravata branca, desculpar-se com as suas preocupações científicas. E, agora que se tratava de uma consagração doutoral, a universidade revolta-se porque um dos assistentes não está de gravata branca!

Pois quê! Recebe a universidade um sábio, e em lugar de se perder com ele nos retiros difíceis das mais sérias questões do saber, recua, e exclama com uma exigência mundana de *cocotte*: “Para trás! Que horror! Vós não estais de casaca!”. E não compreende o que havia de intencional, de amável, na *toilette* de Pedro! Ele quis-se apresentar entre sábios, na rabona de sábio! Ele não quis humilhar nenhum sr. doutor — pelo asseio da sua roupa branca! Vestiu-se com o rigor científico. Antes de sair para o capelo, em lugar de molhar os dedos num frasco de água-de-colônia (sabe-se isto!) ensopou as mãos num tinteiro! Ele seguiu a velha tradição universitária — que o rasgão é uma glória e a tomba na bota uma respeitabilidade! E, se a universidade tivesse lógica, devia escandalizar-se e corar — não por ele se ter absterido da gravata, mas por ousar entrar naquele recinto clássico da porcaria com tão poucas nódoas no fato!